

FOUCAULT E A GENEALOGIA DO NEOLIBERALISMO

Bruno Nunes Batista
Instituto Federal Catarinense
Blumenau, SC, Brasil.

RESUMO

No final da década de 1970 Michel Foucault, nos seus cursos no Collège de France, procurou problematizar a emergência do neoliberalismo. Tomando como base esse cenário, este artigo discute a genealogia do neoliberalismo sob o viés foucaultiano, ampliando a análise para a contemporaneidade com os aportes de Gilles Deleuze, Christian Laval, Pierre Dardot, Alfredo Veiga-Neto e outros. Além disso, o texto sinaliza alguns desdobramentos tanto no mundo do trabalho quanto na Educação, a partir da construção de uma formação que deva ser empreendedora, flexível, autônoma e empresária de si mesmo. Enfim, que um sujeito se constitua em um capital humano competitivo em termos de empregabilidade.

Palavras-chave: Foucault. Neoliberalismo. Educação.

FOUCAULT AND THE GENEALOGY OF THE NEOLIBERALISM

ABSTRACT

In the late 1970s Michel Foucault, in his courses at the Collège de France, sought to problematize the emergence of neoliberalism. Based on this scenario, this article discusses the genealogy of neoliberalism under the Foucaultian bias, extending the analysis to contemporaneity with the contributions of Gilles Deleuze, Christian Laval, Pierre Dardot, Alfredo Veiga-Neto and others. In addition, the text signals some developments both in the world of work and in education, from the construction of a formation that must be entrepreneurial, flexible, autonomous and entrepreneurial of itself; that is to say, that it constitutes a competitive human capital in terms of employability.

Key-words: Foucault. Neoliberalism. Education.

FOUCAULT Y LA GENEALOGIA DEL NEOLIBERALISMO

RESUMEN

A finales de la década de 1970, Michel Foucault, en sus cursos en el Collège de France, trató de problematizar la aparición del neoliberalismo. Basado en este escenario, este artículo discute la genealogía del neoliberalismo bajo el sesgo foucaultiano, extendiendo el análisis a la contemporaneidad con las

contribuciones de Gilles Deleuze, Christian Laval, Pierre Dardot, Alfredo Veiga-Neto y otros. Además, el texto señala algunos desarrollos tanto en el mundo del trabajo como en el de la educación, desde la construcción de una formación que debe ser empresarial, flexible, autónoma y empresarial por sí misma; es decir, una persona que se constituye un capital humano competitivo en términos de empleabilidad.

Palabras clave: Foucault. Neoliberalismo. Educación.

Introdução

De fato, o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) foi um pensador genial. Não apenas por ter elaborado algumas das obras mais perspicazes do século XX, como *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), *As Palavras e as Coisas* (1966) e *A Arqueologia do Saber* (1969), mas principalmente por ter se destacado como um pesquisador atento às transformações do presente. Para tanto, ele não relutou em abandonar os seguros caminhos que até então havia seguido com notoriedade.

Em geral, os manuais de Filosofia tendem a centralizar a trajetória foucaultiana nas investigações realizadas em torno das condições de nascimento da Psiquiatria, que englobaram um princípio de nexos entre o poder e o saber e deram guarida à edificação de uma sociedade disciplinar. Entretanto, suas pesquisas históricas celebrizadas em textos capitais como *Vigiar e Punir* (1975), *A Vontade de Saber* (1976) e na coletânea *Microfísica do Poder* (1979), não dão conta por completo da complexidade que foi o seu pensamento. É necessário ter em mente, com efeito, que o seu percurso filosófico atravessaria diversos domínios, tendo em comum entre eles a força que carregavam em realizar verdadeiros diagnósticos do presente.

Daí o objetivo principal deste artigo: em meio aos incisivos instrumentos analíticos de Foucault, como podemos pensar a contemporaneidade por meio das explorações empreendidas no final dos anos 1970 nas suas aulas no *Collège de France*, onde foram discutidas as condições de possibilidade para o aparecimento do neoliberalismo. Trata-se de um dos raros momentos em que o filósofo partiu de documentos do século XX no intuito de compreender os motivos

segundo os quais estaríamos vivendo uma ruptura, no bojo de relações políticas e econômicas, em direção a uma nova racionalidade. Com efeito, a intenção é apresentar um quadro geral dos deslocamentos feitos por Foucault entre a sua segunda e terceira fase. Na esteira disso, dialogaremos com as reflexões de Gilles Deleuze em torno da “sociedade de controle”, a qual dá continuidade ao raciocínio foucaultiano. Finalmente, vamos nos debruçar com maiores detalhes nesses desdobramentos no campo da Educação.

Em meio a uma época em que acompanhamos, assombrados, o solapamento daqueles ideários subjacentes ao Estado de Bem-Estar Social, assim como a instituição de novas subjetividades requeridas pela economia de mercado, aquelas singulares aulas merecem um acentuado destaque.

1. Uma gerência de vida

Para se ter uma ideia do percurso investigativo foucaultiano que desemboca na genealogia do neoliberalismo no século XX, é preciso que se faça, antes de tudo, um apanhado geral das condições de vida no ocidente europeu a partir do século XV. Afinal, foi em meio a esse tenso período, de importantes rupturas históricas, que se anuncia uma nova relação de poder no bojo do Estado, cuja pedra de toque é atuar sobre a população e geri-la da maneira mais eficiente possível.

Por essa época, assistimos à gradual decadência das condições de existência do feudalismo na Europa, capitaneada por um lado pelo crescimento das cidades e, por outro, pela intensificação das relações capitalistas e comerciais. De uma maneira inédita, são ensejadas as oportunidades para a explosão demográfica em um desorganizado meio urbano que, despreparado, passa a ser caixa de ressonância de problemas de ordem variada. Bastaria lembrar, por exemplo, da degradação das condições sanitárias, das sucessivas epidemias, de uma população dizimada pela insuficiência de alimentos, e de um contingente migratório precário que, apesar disso tudo, não parava de se deslocar para as jovens cidades. Paisagem dualizada entre uma burguesia

progressista, que se apropriava dos luxos da nobreza e, no seu oposto, “um número elevado de miseráveis, que não possuem nada e não têm nenhum direito” (LARIVAILLE, 1988, p. 195), o resultado dessa estratificação foi a ocorrência de sucessivas revoltas de uma plebe explorada e maltrapilha. Aquela população ociosa e marginalizada - que incendeia, vandaliza e saqueia. Ela era tida como uma espécie de ajuntamento inútil e despreparado, fonte de pobreza, de violência, de doenças e de baixa expectativa de vida. Tratava-se, portanto, de um grupo fragmentado que se tornava, por outro lado, vetor de mudanças no bojo de um poder central que, por necessidade, vê-se pressionado a repensar as suas práticas de governo a fim de dar conta daquelas inadiáveis turbulências. Com efeito, uma das chaves para a compreensão do Estado Moderno não advém do encaixe entre o Iluminismo e os seus nobres princípios, mas, na leitura de Foucault (2014a, p. 138), dos embates urbanos como a “[...] coabitação, proximidade, contaminação, epidemias, ou ainda a prostituição e as doenças venéreas”. É sob esse pano de fundo que o pensador francês desenvolve as pesquisas que se materializaram em *Vigiar e Punir* e *A Vontade de Saber*.

Com *Vigiar e Punir*, Foucault discutiu sobre uma racionalidade estatal que objetivava disciplinar seus indivíduos para introduzi-los em um regime produtivo de inspiração industrial-capitalista (DELEUZE, 2005). Em *A Vontade de Saber*, ele mostra a preocupação e o interesse do Estado em gerir a vida de uma população em franco crescimento demográfico e de múltiplas características socioeconômicas. Além disso, avalia sua vontade em produzir forças ao corpo adestrado e útil, maleável e docilizado.

Essa diretriz estratégica contrasta sobremaneira com o até então modelo vigente, celebrizado n’ *O Príncipe*. Naquelas páginas, Maquiavel tinha em vista a atividade de um soberano que recebia seu cargo por herança, conquista ou aquisição e, que, portanto, obrigava-se a governar por meio de táticas repressivas que manteriam o controle do seu território (MAQUIAVEL, 2001). Justamente por isso, era frágil, posto que não havia “razão, a priori, imediata, para que os súditos aceitassem o governo do príncipe” (FOUCAULT, 2014b, p.

410). Com aquele efervescente contexto que pairava na Europa entre a Idade Média e a Modernidade, esse mecanismo centralizado, essencialmente punitivo e exterior à população governada entraria em queda livre. Ele iria, paulatinamente, dar lugar ao que Foucault (2008a), posteriormente, conceituou como *governamentalidade*. Aparecendo pela primeira vez no curso de 1978 *Segurança Território e População*, o operador analítico foucaultiano localiza um bloqueio na arte de governar do príncipe, devido aos novos arranjos econômicos e comerciais em meados do século XVIII. Tais arranjos fazem com que emerjam outras maneiras de se exercer o controle sob a população, como é o caso da estatística, da economia política e da noção de população. Vejamos isso com mais detalhes.

Partindo-se do pressuposto conforme o qual o melhor governo não seria aquele que apenas executasse a gestão do seu território, e sim que pensasse como “fazer com que o Estado pudesse se tornar sólido e permanente, que pudesse se tornar rico, que pudesse se tornar forte diante de tudo o que podia destruí-lo” (FOUCAULT, 2008a, p. 6), o conceito de *governamentalidade* correspondia, para Foucault, às práticas estratégicas que punham em operacionalização esse macro interesse de manutenção estatal. No bojo dessa ideia, tem de se levar em conta que o Estado se torna consciente da ineficácia do governo aparelhado para a repressão e a violência e percebe que o êxito da sua administração residiria, ao contrário, na divisão das suas ações com outras instituições e pessoas, a fim de introduzir a sua vontade de poder nas mais ínfimas instâncias. Com o auxílio múltiplo de forças como a escola, a família, a Medicina e a Estatística, o que se deu foi uma verdadeira revolução copernicana na função do governante, o qual deixa de ser transcendental para se tornar imanente (FOUCAULT, 2014b).

Dessa mudança de ênfase na arte de governar, foram sendo criadas estruturas e técnicas com o propósito de potencializar as forças de uma população no intento de fazê-la adequada, como as tecnologias atuantes sobre o corpo e as suas condições de vida e os investimentos na saúde, na segurança,

na proteção e no bem-estar da população. No âmbito das questões urbanas, da higiene, da revolução sanitária e do aprimoramento da Medicina, o desejo era que se conseguisse conjugar, enfim, os padrões “considerados necessários para o artesanato e o comércio” (FOUCAULT, 1995, p. 238). Como a população passa a ser meio e fim para o crescimento e a manutenção das riquezas, é preciso realizar a previsão de vida dos indivíduos, reduzir a mortalidade infantil, alargar a expectativa de vida, controlar a natalidade e estar atento ao planejamento familiar (HARDT & NEGRI, 2000). Em outras palavras, “o governo é exercido não sobre a terra, mas sobre as coisas e as pessoas” (SILVA; FABRIS, 2012).

O acoplamento desses artifícios heterogêneos, agrupando-se em um conjunto de novas relações de poder e saber, Foucault (1987) chamou de *sociedade disciplinar*. Com a finalidade de abastecer o Estado de riquezas e fazê-lo mais forte, foi necessária a gerência de uma população, nos eixos microfísicos dessa, através da impressão em cada corpo de sutis características, procurando engendrar corpos dóceis e saudáveis.

Nesse sentido, é fato que o corpo dócil não é inatamente disciplinado e nem tampouco o seria naturalmente ou, por mero determinismo. Seria imperioso que, para tanto, fosse fabricado tal modelo de subjetividade, sem o qual o próprio projeto da razão de Estado Moderna iria à bancarrota. Os exemplos dados por Foucault (1987) em *Vigiar e Punir*, nessa lógica, são impecáveis.

Sejam nos quartéis, nos colégios ou nas escolas, Foucault se refere às práticas que objetivavam não apenas aumentar a produtividade, mas também evitar as aglomerações urbanas, podendo assim encontrar facilmente qualquer um, dificultar a circulação aleatória e inviabilizar o comportamento autônomo e/ou delinquente. Separados, distanciados, seriados, compartimentados, os indivíduos passam a estar submetidos a um disciplinamento espacial que “tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir” (FOUCAULT, 1987, p. 123). Por sua vez, esse processo atribui uma importância inédita ao horário, posto que, por meio dos procedimentos de cesura e divisão, delimita-se fixamente cada atividade segundo um tempo definido e a

regulamentação dos ciclos de repetição a serem coordenados pelo relógio. Nesse relacionamento segmentado entre tempo e espaço, busca-se neutralizar as práticas espontâneas. É o caso da escola, que, antes orgânica, torna-se seriada, através de sequências e de períodos específicos que se dão de uma etapa à outra; do mais simples ao mais difícil, do mais prematuro ao mais desenvolvido.

Até aqui, estamos vendo que, na passagem de um tipo de governo que se detém essencialmente sobre o território para uma arte que centraliza suas forças a partir da população, alguns dispositivos foram criados, outros aperfeiçoados, algumas práticas foram abandonadas e substituídas por outras. Assim, na vontade de fazer daquela massa supérflua de indivíduos “uma espécie de máquina de peças múltiplas que se deslocam em relação umas às outras para chegar a uma configuração e obter um resultado específico” (FOUCAULT, 1987, p. 138), o Estado não deixará, pois bem, de encarregar-se das coisas, contanto que estejam em relações com os homens. Um dos principais focos desse Estado seria, sobretudo, uma gestão geral, na qual o território é apenas uma variável.

Ora, também é interessante que se enalteça o argumento segundo o qual é o a priori histórico, na perspectiva de Foucault, que dita as regras e condiciona o que se produz em termos sociais, políticos e econômicos. No caso do Estado, esse pressuposto é ainda mais válido, visto que foi assim que essa instituição modificou suas práticas de governo em vista de conversação, sempre através de uma lenta reflexão sobre como o seu poder se exercia. Nesse sentido, o alerta de Foucault é brilhante, pois ao contrário de pensar o Estado a partir de valores morais, teológicos ou políticos, o filósofo sinaliza a inexistência de qualquer essência nessa instituição que não seja a manutenção dos seus interesses. Com efeito, “O Estado só se subordina a si mesmo, busca seu próprio bem e não tem nenhuma finalidade exterior, isto é, ele não deve desembocar em nada mais que em si mesmo” (FOUCAULT, 2008b, p. 389). É com essa bandeira fincada no farol da nossa análise que podemos, enfim, compreender sob quais aspectos

históricos que os pensamentos liberais e neoliberais irão encontrar no interior do próprio Estado as condições para a sua emergência.

2. Deslocamentos: o liberalismo clássico

Observamos que foi por mero desejo de conservação que o Estado se preocupou com a acumulação de riqueza, com o aumento da sua população e com a intensificação da sua força. É daí que urgiu a necessidade de dar conta das multiplicidades humanas por meio dos mecanismos disciplinares, afinal se tratava da execução múltipla de estratégias das quais dependia, ao fim e ao cabo, a própria sobrevivência dessa instituição, sendo que esse fim-último justificaria todo o aparato burocrático e institucional que veio a reboque. Por isso, calharia questionar se, frente a um novo contexto histórico, não aconteceria de o Estado se voltar novamente para si mesmo para redefinir o que cabia e o que não lhe cabia mais fazer para se manter em operação. Em suma, o que devia e o que não devia continuar sendo motivo de responsabilidade das práticas de governo.

Uma das mais profícuas análises desse deslocamento foi assinalada em dois dos últimos cursos que Michel Foucault lecionou no Collège de France no final da década de 1970, intitulados *Segurança, Território, População* (1977-1978) e *Nascimento da biopolítica* (1978-1979). Após as aulas ministradas entre os anos de 1974 e 1976, o filósofo goza de um ano sabático em 1977. Mais do que lacuna temporal, esse período foi fértil para ir além das perspectivas lançadas em *Vigiar e Punir* e em *A vontade de saber*. Com efeito, questões relacionadas à disciplina e à vigilância não foram abandonada. No entanto, ao se perguntar sobre quais dispositivos disciplinares começavam a ser engendrados em meados do século XVIII, Foucault vê uma arte de governar transformada, por cujas estranhas circularia com notoriedade o liberalismo clássico. Vejamos como.

Para Foucault (2008a), por essa época gradualmente a razão governamental foi pensando se não estaria ultrapassando os seus limites no que

tocava ao governo dos homens, o que, no final, acarretaria no enfraquecimento do próprio Estado. Dessa reflexão emergiram duas conclusões: em primeiro lugar, que era necessário limitar as práticas governamentais para melhor exercê-las; em segundo lugar, que existiam atividades que interessavam ao Estado e outras que não interessavam mais. Via de regra, o que se consolidava era uma alternância de governamentalidade, posto que a própria problemática colocada pela razão de Estado se desprendia das âncoras anteriores. Antes, indagava-se: como fazer valer, no território, a vontade do rei? Depois, passou-se a discutir: como disciplinar as multiplicidades humanas para torná-las produtoras ao comércio? Agora, a dúvida maior seria: como governar a população melhor e com mais eficiência?

Com esse fundamento em mente, acentuou-se do século XVIII em diante o princípio de que um Estado que se expandisse sem limites tenderia à ineficiência de governo. Por isso, acreditava-se que o motivo do seu sucesso e o vigor da sua força residiria não no seu inchaço administrativo, mas, opostamente, no exercício limitado da arte de governar, o qual deveria ter clareza das instâncias sob as quais empreenderia suas práticas. Nesse contexto, o principal indexador através do qual se mediria o êxito do Estado seria alavancado pela economia. Nesse sentido, o Estado precisava fazer do seu território um espaço onde a primazia fosse dada aos interesses do indivíduo, “para deixar o melhor-estar de cada um, o interesse de cada um se regular de maneira que possa de fato servir a todos” (FOUCAULT, 2008b, p. 466).

Assim, ganha a sociedade, que se beneficia coletivamente devido ao comportamento de cada um dos seus indivíduos. Com isso, não tem o Estado outra função que não seja a de agir em prol de “deixar agir os mecanismos do interesse particular, que estarão assim, por fenômenos de acumulação e de regulação, servindo a todos” (FOUCAULT, 2008b, p. 466).

Liberdade que se subordina à economia, eis a palavra de ordem que compete ao Estado pôr em funcionamento. É por isso que ele não vê suas forças minimizadas, ao contrário do que pensam alguns críticos do Estado mínimo. Pelo

contrário, esse poder se desarticula para se rearticular em torno de um novo regime de verdade. Desse modo, não há o desmanche da territorialidade ou da disciplina, mas uma alternância de ênfase que encaminhava a governamentalidade para a edificação de dispositivos que tinham como meta gerir a população através da gestão de acontecimentos e do incentivo aos interesses individuais.

É fácil observamos os princípios básicos presentes no liberalismo clássico de Adam Smith, de John Locke ou de David Ricardo no bojo dessas mudanças de perspectiva no século XVIII. Com efeito, nesses desdobramentos aparece em relevo uma razão de Estado impressa pelas leis naturais do mercado e que governa visando ao interesse individual. Uma verdade sinalizando que os axiomas reguladores desse mesmo mercado são os melhores termômetros para equilibrar o bem viver, afinal obedeceria a procedimentos espontâneos, de cuja ordem natural é emanado o preço do produto. É através de relações de troca desregulamentadas, avalizadas pelo preço, que o Estado recebe os critérios que permitem “falsificar ou verificar a sua prática governamental” (FOUCAULT, 2008a, p. 45). Por consequência, há “uma arte de governar que se transforma, pela economia política, em governo da população, cujo pano de fundo é o liberalismo e cujo regime de verdade é o mercado” (ARAÚJO, 2009, p. 39). É preciso definir o que é da instância pública e o que é da privada. Se assim o fizer, a racionalidade estatal enxuga as suas funções para materializar o seu objetivo: oportunizar a liberdade, organizando-a, instigando-a, consumindo-a.

De um lado, por um continuado questionamento sobre a eficiência do governo, visando a manter o Estado em funcionamento e, de outro, pela entrada das linhas econômicas liberais no interior das suas práticas, elaborou-se uma subjetividade idealizada tão cambiante quanto subordinada, que ora se esperava que fosse dócil e disciplinada, ora livre e comercial. No final de tudo, um ideal de sujeito que não era histórico, transformador da realidade, existencialista ou protagonista, mas, mais do que isso, subordinado à rede de capilares mecanismos que almejavam torná-lo útil e efetivo para os interesses que se

hegemonizavam. É recomendável ter em mente que é sob esses alicerces que serão engendrados, da primeira metade do século XX em diante, as principais pontas de lança do neoliberalismo. Não porque elas sejam, a rigor, uma continuidade perfeita do liberalismo clássico, ou mesmo uma forma nova de aperfeiçoá-las. No entanto, porque elas localizaram no seio daquela escola econômica - e do que a partir dela se produziu - ou seja, uma espécie de fadiga que acabaria por inviabilizar aquele princípio último do Estado, em cuja tecla bate-se com frequência no transcorrer deste texto: a sua sobrevivência.

3. Neoliberalismo: três pontos de interrogação

Com o terreno aplainado para a sua utilização pela própria razão de Estado, o liberalismo clássico se expandiu do século XVIII em diante com notoriedade. Mediante a execução das suas bases, alicerçadas no governo dos interesses e comparando o mercado às leis da natureza, a História nos ofereceu uma infinidade de exemplos da influência dessa escola econômica nas mais diversas instâncias sociais. De fato, o Estado foi intimidado a se separar da economia e permitir que a célebre mão invisível smithniana atuasse livremente.

É profícuo analisar que, para o bem ou para o mal, muito do que aconteceria em termos históricos a partir daquelas rupturas seria corolário da influência liberal. Assim, seja naqueles países que seguiram à risca tais doutrinas, seja aqueles que a negaram, mas que permaneceram sob a égide da economia, ou até mesmo os Estados que botaram o capitalismo de ponta cabeça e buscaram outra via (socialismo real...), todos eles nos mostram que se trata de uma tarefa impossível pensar o século XX sem estarmos sob a luz do liberalismo clássico. Isso porque foi por meio das consequências do que se fez em favor dele, ou contra ele, que o pensamento neoliberal engendrou suas matrizes filosóficas e econômicas.

Para entendermos a emergência do discurso neoliberal, é preciso, antes de tudo, que se identifique sob qual pano de fundo histórico, político e econômico ele ganhou espaço fértil para ser edificado. Na sequência, em que pese a

semelhança aparente, propomos compreender em que sentido ele se diferencia do liberalismo, para assinalarmos por intermédio desses pressupostos que tipo de subjetividade se espera que seja produzida pela governamentalidade neoliberal.

4. Qual foi o contexto em que se corporificou o neoliberalismo?

Antes de mais nada, pela série de defeitos engendrados à sombra do liberalismo dogmático que tem no *débâcle* de 1929 o seu evento mais famoso. Afora esse acontecimento, é necessário compreender a soma de fatores que, pouco a pouco, foram contribuindo para pô-lo em crise. Dentre eles, poderíamos citar o protecionismo alfandegário, o socialismo soviético de Estado, a economia planificada e o intervencionismo keynesiano, como práticas que foram consequências, ainda que algumas vezes contrárias, ao liberalismo (FOUCAULT, 2008a). E mesmo aqueles Estados que seguiram esse mote discursivo pagaram o preço de não acompanhar as mutações do capitalismo, os conflitos de classe e a ameaça à propriedade privada. Já o sonho do *laissez-faire*, na aurora do século XX, transformou-se em pesadelo, com o aumento dos oligopólios e dos monopólios, com a influência dos rentistas e com as corrupções advindas da esfera política. Sobre isso, assinalam Dardot e Laval (2016, p. 40): “A mão visível dos empresários, dos financistas e dos políticos ligados a ele enfraqueceu formidavelmente a crença na mão invisível do mercado”. Sem falar, é claro, do recrudescimento dos nacionalismos e dos novos imperialismos que, rivalizando entre si, deram um tom de acentuada tragédia àqueles ideários de prosperidade e de liberdade (FOUCAULT, 2008a; DARDOT & LAVAL, 2016).

Com esses complicados fatos históricos em mente, torna-se um ato mais simples entender que, a partir da década de 1930, o liberalismo clássico já não era mais tábua de salvação para os problemas da humanidade. Que tenhamos claro, nesse seguimento, três instrumentos analíticos que vão nos ser úteis: a) que, por aqueles motivos, o pensamento neoliberal teve de saída um desejo de manter distância ou até mesmo de romper com aqueles axiomas dos séculos

XVIII e XIX; b) que, nesse desejo não se poderia encontrar, entretanto, uma vontade de abandono ao capitalismo e à economia de mercado; em vez disso, o alvo principal é o Estado, de modo que “o neoliberalismo não é apenas uma resposta a uma crise de acumulação, ele é uma resposta a uma crise de governamentalidade” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 26); c) que o discurso neoliberal não foi um produto unitário desenvolvido de uma hora para a outra, mas sim um resultado de um longo movimento histórico que foi reunindo argumentos dispersos, agrupando-os, tornando-os mais robustos, até se materializarem na matriz coesa presente em eventos como o Colóquio Walter Lippmann (1938), passando, nas últimas décadas, pelos encontros na Comissão Trilateral e no Fórum Econômico Mundial de Davos.

5. De que maneira o neoliberalismo se difere do liberalismo dogmático?

No levantamento de literatura que comumente se faz em torno da constituição discursiva do pensamento neoliberal, em geral, aparecem duas escolas principais no interior da sua filosofia: o **ordoliberalismo** alemão e o **anarcoliberalismo** austro-americano (FOUCAULT, 2008b; VEIGA-NETO, 2000; DARDOT & LAVAL, 2016). Neste artigo, não cabe fazermos uma descrição minuciosa de cada um dos elementos históricos e econômicos presentes em cada uma dessas correntes. Basta, por ora, identificar suas principais linhas de força, e para qual direção convergem suas propostas.

O **ordoliberalismo** foi preconizado em meio ao final da década de 1930 e teve entre seus principais expoentes estudiosos como Walter Eucken, Alexander Rustow e Wilhelm Ropke. Tendo como alvo a planificação econômica realizada pelo Estado, a sua linha de raciocínio seria a de que a sociedade deve ser organizada pela economia de mercado. Ao contrário da ideia advogada pelo liberalismo clássico, a economia deve, no entanto, estar submetida a instituições e a normas jurídicas que a regulamentam, de modo que se garanta a liberdade dos processos econômicos sem infringir o equilíbrio social. Com efeito, cabe a

tais dispositivos garantir a ordem e a competição justa, neutralizando as falhas do mercado.

Por outro lado, o **anarcoliberalismo**, fruto de um cruzamento teórico entre a Universidade de Viena e a Escola de Economia de Chicago, nega o intervencionismo jurídico defendido na escola anterior e prescreve, opostamente, que o Estado se retire por completo da regulamentação econômica, envolvendo-se apenas, em atividades que oportunizem as melhores condições para a movimentação do mercado. Seus principais teóricos são Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek.

Por essa breve descrição da confluência entre essas escolas, o leitor atento já consegue perceber que elas não envolveram suas análises em torno de pensar se o Estado deveria ou não ditar o ritmo da economia. Não se tratava, sobremaneira, de repaginar o liberalismo para o século XX e sim de negá-lo. Afinal, o que iluminava o debate conjecturava quais seriam os melhores modos de colocar o Estado *a serviço da economia*, em vez de separá-los. Nesse sentido, ressalvadas as diferenças, o que o **ordoliberalismo** e o **anarcoliberalismo** propuseram era a necessidade de “um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado” (FOUCAULT, 2008a, p. 159).

Um segundo ponto que clarifica a força que os neoliberais empreendem para colocar de cabeça para baixo os ensinamentos de Ricardo e Smith aparece no contraste entre a troca e a competição, sendo aquela característica central no liberalismo e esta pedra de toque da doutrina neoliberal.

Nos séculos XVII e XVIII, a troca é o mote da economia de mercado, de forma que cabe ao Estado deixá-la livre, pois a discussão da equivalência entre dois valores incorre na verdade do preço. Desse modo, o princípio governamental mais propício para os liberais é o da não interferência, tão somente garantindo a propriedade privada e a vontade individual. Ora, a supremacia da troca é exatamente o lugar em que os neoliberais não querem estar: eles propõem, ao contrário, colocar o essencial na competitividade. Sendo

assim, no momento em que se torna “necessário governar para o mercado” (FOUCAULT, 2008a, p. 165), cabe ao Estado e à política subordinarem as suas práticas e as decisões às relações econômicas e mercantis.

Ora, com essa conjuntura posta, é intrigante depreender como a discussão entre a ideia de um Estado mínimo ou máximo acaba por ser transformar em um falso dilema, pois, no bojo do neoliberalismo, essa dicotomia sequer existe ou seria um raciocínio fracamente operacional, na melhor das hipóteses. Isso porque quando levamos em conta que a governamentalidade neoliberal se põe a serviço do mercado, ela tem uma mão, ao mesmo tempo, leve e pesada. Leve no sentido de uma intervenção silenciosa, para consertar aquilo que pode obstaculizar o livre exercício da atividade econômica. Pesada, porque instaura órgãos classificadores, estatísticos e avaliativos, fazendo uso do maior número de dados, de fontes, de conclusões científicas e de inventários demográficos a fim de eficiente e eficazmente governar a população em prol de uma competição ordenada. Assim, faz com que o Estado crie as condições para que todos possam competir e se tornar empresários de si mesmos.

Não estamos lidando com uma sociedade de espetáculo, nem massificada, tampouco de simulacros, mas sim uma sociedade empresarial (FOUCAULT, 2008b). Nessa, o retrato em destaque na parede é aquele simbolizado pelo jogo, no qual todos são forçados a participar e alguns vão ganhar e outros vão perder. Jogo legislado conforme as regras, é claro, do capitalismo avançado. Por sua vez, todas elas fiscalizadas pelo dispositivo estatal, a partir do pressuposto de que esse jogo econômico “seja o mais ativo possível, que beneficie o maior número de pessoas” (FOUCAULT, 2008a, p. 277). Com o jogo bem executado, as coisas vão se resolver por si mesmas.

Com as âncoras atracadas no porto da competitividade e pensando a sociedade como uma arena de disputa pelo poder do mais lucrar e do mais consumir, quem diria que no seio do neoliberalismo não encontramos, a partir de um autor como Foucault, nenhuma rejeição ou esvaziamento do Estado? E quem iria imaginar que as suas funções seriam recondicionadas, de forma que essa

instituição se transformou no principal promotor de uma nova subjetividade? Por certo, na medida em que o cerne da questão se desloca para o investimento em capital humano, com o intuito de fabricar o *homo oeconomicus*, novos mecanismos capilares de poder são postos em operação. Em linhas gerais, é preciso entender como isso vem se materializando em termos discursivos.

6. Quais seriam as ressonâncias do projeto neoliberal no mundo do trabalho e na Educação?

No final da sua vida, Gilles Deleuze propôs, no hoje famoso texto *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*, que “as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos” (DELEUZE, 1992, p. 220). A interrogação que atravessava aquela comunicação orbitava em torno de pensar quais produções hegemônicas de subjetividade estavam anunciando-se no crepúsculo do século XX, sendo colocadas no lugar daquelas que fabricavam os velhos corpos dóceis e dobráveis. É interessante, e simultaneamente chocante, percebermos como aquelas forças emergentes sinalizadas pelo célebre filósofo da diferença são tão aplicáveis ao ideal de subjetivação desejado pelo neoliberalismo.

Na visão de Deleuze, com a série de mudanças decorrentes da transição de um capitalismo industrial em direção ao financeiro e empresarial, a centralidade em torno daqueles procedimentos disciplinares entra em declínio para ser substituída por novas formas de controle dos corpos. Trata-se de uma gama de relações que ao serem produzidas pela acumulação flexível do capital, solicitam a formação de um sujeito flexível e volátil, que se modifica a todo momento e que abandona seus conhecimentos prévios para se adaptar à competitividade, à inovação e à obsolescência planejada, seja ela técnica, perceptiva ou operacional. Nesse sentido, se nas pesquisas genealógicas de Foucault mostrou-se que nos hospitais, nas prisões, nas fábricas e nas escolas o objetivo era imprimir na carne do sujeito uma tatuagem para a vida toda e que correspondia, a rigor, ao modelo fordista de produção, o cenário se inverteu de

maneira crucial. Assim, cria-se um sujeito escolarizado para a vida toda e superespecializado por uma atribuição que lhe seria favorável até o final da sua vida útil. Dessa maneira, eis que as técnicas de subjetivação se deslocam para outros fins, isto é, para uma espécie de “moldagem autodeformante que muda continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (DELEUZE, 1992, p. 225). Ora, isso não significa uma extinção das disciplinas assinaladas por Foucault, mas certamente uma mudança de ênfase no interior dessas, atualizando-as para uma nova condição de possibilidade que, aqui, estamos nos referindo como neoliberalismo.

Esse cenário parece mais evidente quando analisamos o contraste que se forma entre as subjetividades requeridas pela fábrica, força-motriz do capitalismo industrial-fordista, e as subjetividades requeridas pela empresa, uma das principais âncoras do pensamento neoliberal. Conforme nos elucida Deleuze (1992), o modelo de fábrica concentrava os seus trabalhadores rigidamente, distribuindo-os no espaço e ordenando-os no tempo. Já a empresa, ao contrário, não compra matéria-prima nem vende produtos acabados: ela exerce um capitalismo de *sobreprodução*, que vende serviços e compra ações, em vez de bens materiais. Portanto, a sua configuração é dispersa, e não enraizada. Ela exige a presença de trabalhadores dinâmicos, que vão de um lugar a outro, usando-os e abandonando-os. E especializam-se em deixar para trás e darem atenção ao que lhes parece mais rentável em determinado momento. É por isso que Harvey (2012, p. 210), em tom de lamento, avisou que “os trabalhadores, em vez de adquirirem uma habilidade para toda a vida, podem esperar ao menos um surto, senão muitos, de desabilitação, e reabilitação no curso da vida”.

Por outro lado, seguindo esse fio condutor é que podemos localizar a valorização da cultura do empreendedorismo. Essa conduta vem se infiltrando nos sistemas educacionais para, a partir de determinados valores econômicos de procedência neoliberal, instigar a formação do microempresário, o qual investe sobre si mesmo, toma decisões, assume riscos e realiza cálculos, prognósticos e planejamentos; “transmuta-se, assim, num indivíduo micro-

empresa: Você S/A” (COSTA, 2009, p. 177). Nesse caso, aquele que empreende não seria tal como o sujeito produtor endereçado pela organização industrial tradicional, que produzia mercadorias para posteriormente trocá-las. O empreendedor efetua um trabalho continuado sobre si mesmo, potencializa seu capital humano de modo que seja mais ativo. Ele desenvolve estratégias de competição e de competência, de modo que possa inclusive vender-se, valorizando sua individualidade e fazendo intermináveis propagandas da sua imagem. Com o auxílio condutivo de *managers*, especialistas e gurus, ele efetua uma verdadeira ascense, de forma a comparar o seu desempenho com um duplo representado pelo sucesso e pela criatividade. Vira alvo, enfim, de uma multiplicidade de técnicas que vão desde o *coaching* à programação neolinguística, a fim de que ele se assemelhe a uma empresa em sentido stricto, mesclando os seus desejos individuais com os aportes da excelência nos negócios.

O espírito empresarial superestima a disputa, vista como sadia e principal correia de transmissão da acumulação do capital. O aporte da meritocracia, afinal, pressupõe que ao vencedor, sejam dados os louros; ao acomodado, o ostracismo da demissão. Aliás é plenamente sabido que o empreendedor é aquele que tem plena noção dos riscos que corre. Ele sabe que o solo sob o qual exerce sua atividade profissional é movediço e transmutável e ele conhece de perto a finitude do seu vínculo assalariado, o que o faz estar cada vez mais disponível e mais comprometido com a empresa que lhe paga. A respeito disso, foi com notoriedade que Claval e Dardot (2016) localizaram no bojo desse discurso uma reação em cadeia que se retroalimenta sempre, pois se o sujeito sabe que pode ficar desempregado, ele se aprimora ainda mais no seu potencial de competência, promovendo como resultado um espaço de condições ainda mais duras de trabalho que, paradoxalmente, foram engendradas justamente por aqueles que lá laboram.

Nessa corrida insana pelo atingimento de metas e de conquista de mais e mais prêmios, ganha aquele que não apenas é mais eficiente e eficaz, mas

que, para começo de conversa, admite que não sabe tudo e sempre tem algo de novo a adquirir. Enfim, ganha aquele que se educa permanentemente. Não por acaso, Hardt (2000) havia escrito que a subjetividade neoliberal é artificial ou até mesmo plástica, pois ao exigir da força de trabalho que faça seguidas formações continuadas, o que interessa é que o indivíduo se qualifique para sucessivos processos de desaprendizagem. É daí que podemos identificar, nesse contexto, o lado nefasto de um lema tão repetido, e seguidamente discursado, na Educação: caberia à escola ensinar o aluno a “aprender a aprender”. Talvez tenhamos que aceitar que, no frígido dos ovos, a compra-casada desse bonito slogan esteja sendo uma “terrível formação permanente” (DELEUZE, 1992, p. 220).

Já que estamos falando de Educação, não é possível deixar de lado o ensejo que esses raciocínios nos dão para identificar nos currículos governamentais um ensino balizado pela formação de competências e habilidades, a fim de que o aluno seja capaz de resolver problemas de ordens variadas. Com os conteúdos em segundo plano, consegue-se observar que a importância se dá mais para as condições advindas do cotidiano do estudante, as quais devem servir como combustível para ele pensar nas melhores soluções para o seu lugar sem depender de mecanismos assistencialistas, ou sem esperar pelo Estado. Nas palavras de Silva e Fabris (2012, p. 917):

Estudar fazendo relações é um modo flexível de se envolver com os conhecimentos. Aliás, nota-se que nesta configuração o conhecimento perde um pouco da centralidade nos processos de estudo. Neste pensar em rede o que conta mais é o modo de estudo, é a competência de ser capaz de executar determinado tipo de pensamento.

As pedagogias de projetos (nas quais o aluno escolhe o que estudar), as metodologias ativas (em que se colocam os estudantes perante jogos simuladores da realidade) e interdisciplinaridade (que incentiva os trabalhos em equipe toyotistas) são outros bons exemplos. Princípios que, encobertos pelo verniz da democracia participativa, instituem uma tintura francamente mercadológico, pois servem para criar sujeitos clientes, consumidores e, é claro,

competitivos. Consequentemente, chama a atenção o deslocamento que se dá no papel atribuído ao professor, o qual passa de transmissor de conteúdos a gestor de competências, pois lhe compete orientar seus alunos para serem fortes em situações arriscadas e problemáticas. Nesse jogo duplo de ensino e de aprendizagem, não é o caso de sentenciarmos, como bem apontam Lockmann e Traversini (2007), a extinção dos conteúdos e, tampouco, a função professoral. Pelo contrário, a “matéria” a ser ensinada passa a ser validada pela possibilidade de ajudar a guiar os alunos nos seus projetos de vida para que eles possam, por meio dos conteúdos, enfim se conduzir por intermédio de saberes que lhes ajudem a orientar seus comportamentos no futuro. Os conhecimentos da escola se integram, portanto, a uma racionalidade governamental contemporânea, funcionando enquanto mecanismos sutis de governo populacional.

Considerações finais

Mal havíamos nos apropriado das cruciais pesquisas em torno das técnicas disciplinares, e eis que observamos que há novas práticas a serem esmiuçadas. Com efeito, para além daqueles antigos mecanismos destinados às demandas das organizações industriais, o que estamos acompanhando se trata de uma inédita forma de subjetivação, endereçada a forjar o sujeito empreendedor e empresário de si.

É claro que todo esse amplo movimento, como antes, ainda intenciona transformar a força de trabalho em uma mercadoria a ser consumida. Por outro lado, o sujeito continua significando aquilo que vem sendo feito dele, ao contrário de ser uma substância imutável. Por fim, se estamos lidando com relações de poder e de saber, a máxima foucaultiana de que essas suscitarão resistências permanece atual: a sociedade disciplinar nunca conseguiu dobrar totalmente os corpos sob os quais incidiam as suas estratégias e, também hoje, a subjetividade neoliberal vai encontrar aqueles pontos fora da curva que, por mais que tente, não conseguirá inseri-los dentro da norma hegemônica posta.

De outra parte, um dos objetivos deste texto é justamente argumentar que, por certo, o projeto neoliberal está em curso e avança com notável facilidade. Talvez pelo esgotamento dos modelos de governo anteriores, ou pela inegável sedução do seu discurso. Quem sabe também porque a esquerda política não entendeu completamente a ideologia do seu oponente. A questão é que vêm sendo colocadas em operação as mais diversas técnicas de controle e de subjetivação. Livres na estrada, elas produzem um rastro de encantamento seguido de desolação. Com a personificação da empresa como farol norteador das atividades executadas sejam nas escolas, nas universidades, nos hospitais ou no Estado, os exemplos são robustos o bastante para solapar aquelas premissas que pensavam que o neoliberalismo apenas estaria destruindo as conquistas do *welfare state*: efetivamente, ele vem potencializando em ato novas maneiras de viver. A fabricação de subjetividade vem sendo um dos seus mais ilustres distintivos. Está caindo de madura a análise rigorosa desses artefatos e dessas peças.

Referências

ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault, para além de Vigiar e Punir. **Revista de Filosofia Aurora**. Curitiba, vol. 21, n. 28, pp. 39-58, jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/1135>

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 34, n. 2, pp. 171-186, ago. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8299>

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. (Orgs.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. *In*: ALLIEZ, Eric (Org.). **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. 1. ed. São Paulo: Editora 34, pp. 357-370. 2000.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. 1. ed. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LARIVAILLE, Paul. **A Itália nos tempos de Maquiavel**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LOCKMANN, Kamila; TRAVERSINI, Clarice Salette. Alargamento das funções da escola e redefinição dos conhecimentos escolares: implicações da educacionalização do social. **Educação Pública**. Cuiabá, v. 26, n. 63, pp. 817-835, dez. 2017. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/2926/pdf>

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 2. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

SILVA, Roberto Rafael Dias da; FABRIS, Elí Terezinha Henn. Os Universitários como um Público: educação e governamentalidade neoliberal. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 37, n. 3, p. 905-921, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n3/11.pdf>

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. *In*: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO

BRANCO, Guilherme. (Orgs.). **Retratos de Foucault**. 1 ed. Rio de Janeiro: NAU, pp. 179-217. 2000.

SOBRE O AUTOR

BRUNO NUNES BATISTA é doutor e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).
E-mail: brunonunes.86@hotmail.com

Recebido em: 14.07.2019

Aceito em: 09.09.2019